

# Apresentação

A Revista TEMPUS – Actas de Saúde Coletiva apresenta um número temático sobre saúde mental, coordenado pelas Editoras convidadas, Maria da Glória Lima e Maria Aparecida Gussi, professoras do Departamento de Enfermagem / Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. Passados quase dez anos da promulgação da Lei 10.216 de 6 de Abril de 2001, sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e a reforma do modelo assistencial em saúde mental, torna-se de especial relevância se deter e refletir sobre o andamento desse processo.

A Política Nacional de Saúde Mental propôs a substituição de um modelo tradicional hospitalocêntrico e medicalizante por um modelo promotor da saúde, menos psiquiatrizante e mais preventivo onde as ações ocorrem muito próximas da comunidade, inclusive na atenção básica. Uma rede assistencial composta dos diversos tipos de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), de residências terapêuticas, ambulatórios e hospitais se encontram em processo de organização no sentido de otimizar o uso de recursos comunitários e melhorar a assistência sem promover a dependência ou institucionalização. A necessária convergência entre essa rede e os cuidados da atenção básica, em comunicação com o restante do sistema, é um dos maiores desafios atuais do SUS no que diz respeito à Saúde Mental. Isto porque considera-se consensual que a atenção

básica/saúde da família deve constituir a porta de entrada de todo o sistema, incluindo as demandas específicas de saúde mental.

Dessa forma o vínculo entre a Saúde Mental e a atenção básica deve ser analisado criticamente. A criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) contemplou a inserção de outros profissionais de apoio à atenção básica, além dos integrantes das equipes da Estratégia de Saúde da Família (Portaria Nº 154, de 24 de Janeiro de 2008). Um dos profissionais a ser incluídos, principalmente em núcleos urbanos mais povoados, é o profissional da saúde mental, psicólogo. Acreditamos que é altamente relevante a implementação de ações de saúde mental visando à detecção precoce e triagem de transtornos mentais, à prevenção da violência (incluindo a violência doméstica) e uso problemático de substâncias psicotrópicas e à promoção de uma cultura de respeito à diversidade e de convívio pacífico. Torna-se também relevante a divulgação de experiências locais e regionais de sucesso neste campo bem como a execução de pesquisas operacionais avaliativas sobre a política e a gestão da Saúde Mental.

Neste número, a Revista TEMPUS incluímos reflexões e experiências do vínculo entre as políticas de assistência em Saúde Mental e Atenção Básica, e outros temas diversos, tais como as percepções sobre abuso de substâncias psicotrópicas, dependência de álcool em mulheres, a atenção às vítimas

de abuso sexual e à tentativa de suicídio, inclusão digital e Saúde Mental, dentre outros. Esperamos que este número especial contribua para a necessária reflexão crítica que deve avaliar a concretização dos desejos expressos na lei 10.216, que por sua vez expressam os desdobramentos da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial.

**Edgar Merchan Hamann**

*Universidade de Brasília (UnB)*

**Maria Fátima de Sousa**

*Universidade de Brasília (UnB)*